

VÍCIOS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS

Adriano Correia (UFG)

E-mail: correiaadriano@yahoo.com.br

Resumo: Hannah Arendt, na sua busca por identificar as razões do declínio do espaço público na época moderna e os elementos que contribuíram para facilitar a ascensão do totalitarismo, examina a relação da burguesia, da ralé e das massas com o domínio público. O que buscarei explicitar neste artigo, seguindo a argumentação da pensadora, é o quanto a invasão do espaço público por preocupações provenientes da esfera privada pode redundar em um enfraquecimento do domínio político, ante os ataques que lhe são desferidos.

Palavras-chave: espaço público, espaço privado, cidadania, individualismo, totalitarismo.

O médico, satirista e pensador político Bernard Mandeville (1670-1733) tornou-se célebre ao defender, em *A fábula das abelhas*, a tese de que vícios privados trazem benefícios públicos, como já sugere o subtítulo da obra, cujo título completo é *A fábula das abelhas ou vícios privados, benefício público*. Segundo ele, quando cada indivíduo trabalha tendo em vista somente os próprios interesses, acaba contribuindo para o bem coletivo. Em vista de tal consideração, Mandeville rejeita qualquer interferência dos poderes públicos na vida social, antecipando a teoria do *laissez-faire* e aproximando-se das idéias de Adam Smith sobre a “mão invisível” do desenvolvimento econômico,

que desemboca na tese do “egoísmo ético” da economia moderna, qual seja, a de que o vício é o alicerce da prosperidade nacional e da felicidade. Mandeville observa que, na colméia, o atarefamento egoísta de cada inseto produz automaticamente um resultado benéfico: a própria existência e a sobrevivência do enxame, graças à fabricação do mel. É porque cada abelha trabalha a seu bel-prazer que a comunidade prospera.

No texto que se segue, pretendo examinar as mediações possíveis entre dois extremos: o primeiro, representado pela alegoria de Mandeville que se constitui em paródia da concepção liberal de política, a conceber o público em função do privado; o segundo, materializado na afirmação de Hannah Arendt, de que o pai de família, concentrado laboriosamente no interesse dos seus, mostrou-se o grande criminoso do século XX. O título desse texto antecipa a hipótese que buscarei reforçar.

Em novembro de 1939, pouco depois do início da Segunda Guerra Mundial, ocorreu na Filadélfia o primeiro colóquio universitário dedicado ao exame do totalitarismo. Esse evento foi inspirado por Carlton J. H. Hayes, um historiador da Universidade de Columbia. Em sua conferência, buscou assinalar um traço que seria fundamental à obra *As origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt: o caráter historicamente inédito dos regimes totalitários. Ao definir os aspectos desse ineditismo, ele indica, por exemplo, o fato de que os líderes desses regimes provinham da plebe e que sua base de sustentação eram as massas, mobilizadas e coordenadas pelos seus líderes através da propaganda e do terror. Para o autor, o fato de que estes “déspotas de nosso tempo” não provinham de qualquer aristocracia – seja ela de nascimento, militar ou cultural – foi justamente o que permitiu que seus brados fossem ouvidos pelas massas (Cf. HAYES, 2001, p. 326). Aglomeradas e amontoadas nas cidades, as massas, em um constante crescimento, “revelam-se particularmente sensíveis às panacéias demagógicas que se lhes ofertam, notadamente aquelas que lhes asseguram que deixarão de ser ínfimas engrenagens na maquinaria industrial

para tornarem-se parceiros essenciais aos assuntos do Estado” (HAYES, 2001, p. 328). Aliada à impaciência com a lentidão e à inércia a que está sujeita a democracia, e à aspiração por uma ação eficaz rápida e drástica, esta suscetibilidade ao discurso demagógico acaba por se converter em um apelo por um líder forte. Indica-se, assim, o quanto uma democracia de massas corre sempre o risco de degenerar-se em uma ditadura totalitária em vista de alguma calamidade bem explorada por um demagogo ou uma minoria militante.

São vários os fatores que confirmam o totalitarismo como “um acontecimento completamente novo na história da civilização ocidental” (HAYES, 2001, p. 330). A novidade do totalitarismo define-se pelos seguintes aspectos, segundo Hayes. Em primeiro lugar, “é verdadeiramente totalitário”, na medida em que “monopoliza todos os poderes e dirige todas as atividades tanto dos indivíduos quanto dos grupos”; “todas as instituições e todas as políticas econômicas, religiosas e educativas lhe são subordinadas”; “nivela as classes sociais e limita ou suprime a liberdade da família e da pessoa” (HAYES, 2001, p. 332). Em segundo lugar, “ordena as massas sobre as quais se apóia que lhe forneça o sustento”. Em terceiro lugar, o totalitarismo se mantém e é difícil de ser contraposto devido ao emprego de meios eficazes de educação popular e propaganda. Além disto, o totalitarismo possuiria um traço essencialmente religioso, mobilizado por elementos emotivos e símbolos de massa que o tornavam, de certo modo, irresistível e desenvolvia um novo esquema de métodos e técnicas visando influenciar a opinião pública e reforçar a vontade do líder. O regime totalitário exaltava o poder e a força não apenas como meios, mas como fins em si. Todos esses elementos, sustenta Hayes, tornavam o totalitarismo uma rebelião contra a civilização histórica ocidental em seu conjunto, com todas as suas conquistas desde a Grécia (Cf. HAYES, 2001, p. 333-6).

A despeito de Hannah Arendt mencionar o texto de C. Hayes em *As origens do totalitarismo*, de insistir também na novi-

dade da dominação totalitária e no papel das massas, os pontos de divergência entre eles são vários. O primeiro é assinalado pela própria Hannah Arendt, quando indica que é justamente por não diferenciar a ralé (*mob*) das massas que Hayes pensa que os líderes totalitários provêm das massas mais que das classes (ARENDDT, 1966, p. 317, nota 23). Em vista disso, é contra o próprio caráter das massas, sua origem e seu comportamento, tal como concebido por Hayes, que se volta a análise de Arendt. O nacionalismo tribal e o niilismo rebelde que ele atribui às massas, atingem exclusivamente a ralé, na análise de Arendt. Mais ainda,

as massas, contrariamente ao que se previu, não resultaram da crescente igualdade de condições, nem da expansão da educação geral, com o inevitável rebaixamento de seu nível e popularização de conteúdo (...). Logo ficou claro que pessoas altamente cultas foram particularmente atraídas pelos movimentos de massa e que, geralmente, o individualismo altamente diferenciado e a sofisticação não evitaram e, realmente, algumas vezes encorajaram, o auto-abandono na massa que os movimentos de massa propiciavam (...) A atomização social e a individualização extrema precederam os movimentos de massa que, muito antes de atrair os membros não individualistas dos partidos tradicionais, e muito mais facilmente, atraíram os completamente desorganizados, os típicos ‘não engajados’, que por razões individualistas sempre se recusaram a reconhecer vínculos ou obrigações sociais. (ARENDDT, 1966, p. 316-7)

Para Hannah Arendt, é indispensável evidenciar as distinções entre a ralé, as massas e o povo, não por mera afeição pelas distinções conceituais, mas principalmente para indicar a novidade representada pelo surgimento das massas. A ralé “é fundamentalmente um grupo no qual estão representados resíduos de todas as classes” e “é isto que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, que também compreende todas as camadas sociais” (ARENDDT, 1966, p. 107). Não obstante, as distinções são suficientemente agudas para serem desconside-

radas, e a principal é que, enquanto nas grandes revoluções o povo luta por um sistema que seja de fato representativo, a ralé sempre clama pelo “homem forte”, pelo “grande líder”. Enquanto o povo, das revoluções e das pressões por reformas nos regimes políticos, busca fazer-se representado no sistema político, a ralé tende a desprezar o Parlamento e a sociedade, dos quais está excluída, a aspirar por decisões plebiscitárias, a ações extraparlamentares, e a ser atraída por movimentos que atuam nos bastidores.

Quando o imperialismo firmou-se como uma promessa de solução para as crises da segunda metade do século XIX, para o capital supérfluo, resultante da saturação do mercado doméstico, da falta de matéria-prima e das constantes crises, e para a mão de obra supérflua, tornou-se mais clara a origem da ralé. Hannah Arendt assinala que

mais antigo que a riqueza supérflua era um outro subproduto da produção capitalista: o entulho humano que toda crise, seguindo-se invariavelmente a cada período de crescimento industrial, eliminava permanentemente da sociedade produtiva. Os homens que se tornavam permanentemente desocupados eram tão supérfluos para a comunidade quanto os proprietários de riqueza supérflua (...) O fato novo na era imperialista é o de que estas duas forças supérfluas, o capital e a força de trabalho, deram-se as mãos e deixaram juntas o país. (ARENDR, 1966, p. 150)

É essa aliança entre a ralé e o capital que está na gênese da política imperialista (Cf. ARENDR, 1966, p. 155). O imperialismo, e sua idéia de expansão ilimitada, apresentava-se então como mecanismo de exportação de um contingente populacional a cada vez renovado pelo mecanismo de produção de excedentes da produção capitalista.

A hostilidade da ralé contra a sociedade e as instituições políticas democráticas ecoa o individualismo burguês. Como assinala Hannah Arendt, “a sociedade competitiva e aquisitiva da burguesia gerou apatia e mesmo hostilidade em relação à

vida pública, não apenas e nem mesmo principalmente nas camadas sociais que foram exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas antes de tudo em sua própria classe” (ARENDT, 1966, p. 313). Esta apatia efetivamente contrasta com a pretensão burguesa de aliar, à sua condição de classe social dominante, o exercício do poder político na era imperialista. Mas do mesmo modo que a ralé e a elite davam-se as mãos na exportação de capital e mão-de-obra, emparelhavam-se novamente ao assumirem, como critério da sua relação com o domínio público, “uma filosofia de vida tão exclusiva e insistentemente centrada no sucesso ou no fracasso do indivíduo em implacável competição que os deveres e responsabilidades do cidadão só poderiam ser percebidos como uma exaustão desnecessária de seu tempo e energia limitados” (ARENDT, 1966, p. 313). Tanto quanto o comportamento da ralé, tais atitudes burguesas acabaram por contribuir para a ruína dos negócios públicos e para o surgimento das ditaduras em que um “homem forte” toma a seu cargo a tarefa incômoda de conduzir os negócios públicos. A compreensão burguesa da política como sendo um meio desconfortável, mas necessário à regulação da vida social e à proteção do processo de aquisição, reflete a progressiva privatização dos negócios públicos e o acentuado declínio do espaço público na era moderna.

A pertença a uma classe, o *status* social, geralmente definida por nascimento, acabava por ser decisiva para a participação individual na política, mesmo que exclusivamente daqueles indivíduos formados em cada classe para este fim. Ainda que com isto, exceto em casos excepcionais, os representantes políticos de cada classe nunca se defrontassem com as coisas efetivamente públicas ou se sentissem responsáveis por elas, a estruturação da sociedade era satisfatoriamente estabilizada. Pouco importava que a maioria das pessoas de todas as classes não se engajasse em algum partido ou organização políticos. O fato é que “pertencer a uma classe, suas limitadas obrigações grupais e atitudes tradicionais em relação ao governo, impediu

o crescimento de uma cidadania que se sentisse individualmente e pessoalmente responsável pelo governo do país”. Não apenas o privatismo burguês, mas ainda o conseqüente ordenamento político que compreende a representação dos interesses das classes por meio dos partidos, promove o desengajamento. “Este caráter apolítico das populações do Estado-nação veio a lume apenas quando o sistema de classes ruiu e levou consigo todo o tecido de fios visíveis e invisíveis que ligava as pessoas ao corpo político” (ARENDDT, 1966, p. 314).

Em vista disso, com o colapso do sistema de classes, o próprio sistema partidário, a representar interesses específicos das classes, foi posto em questão. Os partidos foram então tornados progressivamente psicológicos e ideológicos, como nota Arendt, mas o que indicou claramente o colapso também do sistema partidário da Europa Continental não foi a deserção dos antigos membros, “mas o fracasso em recrutar membros da geração mais jovem e a perda do apoio e do consentimento silenciosos das massas desorganizadas, que subitamente desvencilharam-se de sua apatia e seguiram para onde quer que vislumbrassem uma possibilidade de proclamar sua nova violenta oposição” (ARENDDT, 1966, p. 315). Não falamos mais de classes, mas de massas. Hannah Arendt observa que o êxito dos movimentos totalitários entre as massas fez cair por terra duas ilusões que acompanhavam os países democráticos e particularmente os Estados-nação europeus e seu sistema partidário:

a primeira era que o povo, em sua maioria, tomava parte ativamente no governo e que todo indivíduo simpatizava com seu próprio partido ou com o partido de alguém (...). A segunda ilusão democrática demolida pelos movimentos totalitários era a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e constituíam apenas o cenário de fundo para a vida política da nação. (ARENDDT, 1966, p. 312)

De um lado, ficou claro que as regras instituídas nos países democráticos podiam ser reconhecidas ativamente apenas

por uma minoria; de outro, que a indiferença e a tolerância silenciosa das massas de fato importavam ao destino da democracia e da nação.

O declínio do sistema partidário, com o colapso do sistema de classes, foi levado a cabo na Alemanha pela ascensão das massas desesperadas e insatisfeitas, após a Primeira Guerra Mundial, quando, à catástrofe da derrota militar, juntaram-se a inflação e o desemprego. Sem a proteção das classes, as “maiorias adormecidas” (Cf. ARENDT, 1966, p. 315) por trás de todos os partidos converteram-se em uma turba de indivíduos unidos unicamente pela convicção de que os partidos e seus líderes eram perniciosos e desonestos. O engajamento político das massas, organizado pelos líderes provenientes da ralé, não resultou de um abandono da indiferença motivado pelo interesse nas questões públicas, mas da ira contra o que até então representava a vida política.

Quando trata da sociedade de massas, em *A condição humana*, Hannah Arendt busca traduzir as principais implicações do engajamento das massas na política. Ainda que o seu furioso engajamento se dê após catástrofes como a da primeira grande guerra, as próprias massas não têm sua origem em tais catástrofes. As massas resultaram das transformações históricas desencadeadas pelo advento da esfera social, que examinei brevemente acima, e de seu espraiamento voraz sobre o domínio público, a esfera privada e mesmo a intimidade, e atingem seu máximo desenvolvimento com a consolidação das chamadas sociedades de massas. Com efeito, diz Arendt, o surgimento da sociedade de massas

indica apenas que os vários grupos sociais foram submetidos à mesma absorção na sociedade que as unidades familiares sofreram antes; com a emergência da sociedade de massas, a esfera do social, depois de vários séculos de desenvolvimento, finalmente alcançou o ponto em que compreende e controla todos os membros de uma determinada comunidade igualmente e com igual força. (ARENDT, 1958, p. 41)

Este espraçamento do social destrói a esfera pública, que, enquanto mundo comum, cumpre a função de manter-nos juntos e ao mesmo tempo evitar que colidamos uns com os outros. Com o desaparecimento do mundo comum, os homens são lançados uns contra os outros. De fato, diz Arendt, “o que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvidas, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu seu poder de mantê-las juntas, relacioná-las e separá-las” (ARENDR, 1958, p. 52-3).

A sociedade totalitária é monolítica, “todas as manifestações públicas, culturais, artísticas, instruídas, todas as organizações, serviços sociais e bem-estar, ou esporte e entretenimento são ‘coordenadas’”¹. Do mesmo modo, assim como o isolamento é a retirada do convívio com os outros homens, a solidão se dá na proximidade ombro a ombro das massas, na ausência de qualquer fronteira entre os indivíduos, pois “em toda parte onde os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros” (ARENDR, 1998, p. 35-6). O totalitarismo generalizou e tornou um modo de existir o que antes era uma situação-limite. A solidão promovida pelo terror, a experiência de nem pertencer ao mundo nem estar fazendo companhia a si mesmo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter, envolve a vida humana como um todo. Essa solidão, não obstante, não é uma invenção do totalitarismo. Antes mesmo do advento dos movimentos totalitários, as massas modernas vivenciavam cada vez mais o desarraigamento e o sentimento da própria superfluidade: ao mesmo tempo em que perdiam um lugar no mundo, percebiam a superfluidade de quem não pertence ao mundo de forma alguma. A sensação de superfluidade das massas, elas próprias um subproduto da revolução industrial e das políticas imperialistas, já seriam um reflexo da apolitia e do isolamento modernos que o totalitarismo assumiu como

um programa a ser realizado. O movimento totalitário reproduz a superfluidade, pois “os homens, na medida em que são mais que simples reações animais e realização de funções, são inteiramente supérfluos para o regime totalitário. O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos” (ARENDT, 1966, p. 457).

Para Hannah Arendt, a psicologia do homem de massa desenvolveu-se na Europa com o colapso do sistema de classes, quando “a abnegação, no sentido de não se importar consigo próprio, a sensação de ser dispensável² não era mais a expressão do idealismo individual, mas um fenômeno de massa” (ARENDT, 1966, p. 315). Este auto-abandono, em flagrante oposição ao privatismo burguês, é potencialmente devastador. Se considerarmos que os líderes totalitários “sempre comandam e se baseiam no apoio das massas” e tivermos em conta o sentimento de superfluidade do homem de massa, podemos compreender a observação fundamental de Hannah Arendt a este respeito:

os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que por uma razão ou outra adquiriram o apetite para a organização política. As massas não se mantêm juntas pela consciência do interesse comum e carecem daquela específica articulação de classe que se expressa em metas determinadas, limitadas e atingíveis. O termo massas se aplica apenas onde lidamos com pessoas que ou simplesmente por causa de seu número ou indiferença ou da combinação de ambos, não podem ser integradas em qualquer organização baseada no interesse comum, como partidos políticos, governos municipais, organizações profissionais ou sindicatos. Potencialmente, elas existem em todo país e formam a maioria daquele grande número de pessoas neutras e politicamente indiferentes que nunca se filiam a um partido e raramente votam. (ARENDT, 1966, p. 311)

Importa notar que líderes de massas como Hitler e Stálin provinham da ralé e não das massas. Como lembra Arendt, “o antigo partido de Hitler, composto quase exclusivamente de

desajustados, fracassados e aventureiros, representava realmente os ‘boêmios armados’ que eram apenas o avesso da sociedade burguesa” (ARENDDT, 1966, p. 317). O caso de Heinrich Himmler era emblemático e interessava a Hannah Arendt de modo particular, como mais tarde interessaria também o caso Eichmann. Himmler era, por assim dizer, “mais normal”, mais filisteu que qualquer outro chefe do partido. Distintamente de toda a sorte de criminosos e pervertidos que se tornaram líderes no regime totalitário, ele seria

um “burguês”, com toda a aparência de respeitabilidade, todos os hábitos de um bom *pai de família*, que não trai sua esposa e busca ansiosamente assegurar um futuro decente para seus filhos; e ele construiu conscientemente sua novíssima organização do terror, cobrindo todo o país, sobre a hipótese de que a maioria das pessoas não é constituída nem de boêmios nem de fanáticos, nem de aventureiros nem de maníacos sexuais, nem de sádicos, mas antes de tudo de empregados e bons pais de família. (ARENDDT, 1994, p. 128)

Hannah Arendt, que parece sempre ter temido pecar mais por falta que por excesso, chega a afirmar então ser o pai de família o grande criminoso do século passado. O governo nazista seria uma organização burocrática, cuidadosamente estruturada para absorver a solicitude do pai de família na realização de tarefas quaisquer que lhe fossem atribuídas e para dissolver a responsabilidade em procedimentos de extermínio em que o perpetrador de um assassinato era apenas a extremidade de um grupo de trabalho. O pai de família, que despertaria em nós admiração e ternura em sua concentração no interesse dos seus, em sua consagração firme à esposa e aos filhos, em sua solicitude, preocupado basicamente com a segurança, teria se tornado um aventureiro no caos econômico do período entre as guerras, sem qualquer possibilidade de se sentir seguro em relação ao dia de amanhã. Para Hannah Arendt,

a docilidade desse tipo já era manifesta no período inicial da ‘coordenação’ (*Gleichschaltung*) nazista. Ficou claro que por causa de sua pensão, seu seguro de vida, a segurança de sua esposa e filhos, tal homem estava pronto a sacrificar suas crenças, sua honra e sua dignidade humana... A única condição colocada por ele era que pudesse ser completamente eximido da responsabilidade por seus atos. (ARENDDT, 1994, p. 128)

Himmler organizou então um sistema em que as pessoas normais, que não possuíam qualquer natureza criminosa e nunca chegaram a matar por iniciativa própria um judeu sequer, mesmo com toda a propaganda anti-semita, trabalhassem sem problema na máquina de extermínio. De qualquer modo, a transformação do pai de família em alguém ocupado exclusivamente com as virtudes privadas foi um fenômeno internacional e não se deveria a algo como um caráter nacional alemão. Não obstante, pode-se notar, diz Arendt, que o desenvolvimento do moderno tipo de homem, “que é o oposto exato do ‘cidadão’ e que na falta de um nome melhor chamei de ‘burguês’, desfrutou de condições particularmente favoráveis na Alemanha. Dificilmente um outro país da cultura ocidental era tão pouco imbuído das virtudes clássicas da conduta cívica. Em nenhum outro país a vida privada e os cálculos privados desempenharam um papel tão grande” (ARENDDT, 1994, p. 130).

O que se nota aqui, a partir das considerações de Hannah Arendt, é o quanto esta dedicação exclusiva à vida privada, às questões relacionadas à família e à carreira,

foi o último e já degenerado produto da crença burguesa na primazia do interesse privado. (...) O homem de massa a quem Himmler organizou para os maiores crimes em massa jamais cometidos na história portava os traços do filisteu mais que do homem da ralé, e foi o burguês que em meio às ruínas de seu mundo se preocupava antes de tudo com sua segurança privada e estava pronto a sacrificar tudo – crença, honra, dignidade – à mais leve provocação. Nada se mostrou mais fácil de destruir do que a privacidade e a moralidade privada de pessoas que pen-

savam unicamente em salvaguardar suas vidas privadas. (1966, p. 338)

Hannah Arendt notou que a apatia resultante do individualismo burguês comprometia a cidadania dos membros da sociedade burguesa, mas mantinha intacta sua personalidade, ao menos no sentido de que permitia que sobrevivam “na luta competitiva pela vida”. Operavam, desse modo, como um obstáculo aos movimentos totalitários, que não toleram o individualismo burguês ou qualquer outro. Não obstante, podemos acrescentar que a apatia burguesa e o privatismo, aliada à hostilidade e ao desencantamento com o político por parte das massas e da ralé – em grande parte, subprodutos do estreitamento do espaço público e da participação democrática, mas também da mentira e da corrupção da representação política –, é o primeiro ato de uma tragédia cujo desenlace é a fragilização do domínio público ante os ataques que lhe são desferidos.

Quando examina os elementos que se constituíram em precedentes da dominação total, Hannah Arendt reserva um espaço privilegiado ao exame do tipo humano representado pelo burguês. A burguesia teria sido a primeira classe social a alcançar poder econômico sem requerer o poder político correspondente. O privatismo do burguês afirmava-se, de tal modo que, desde que o Estado assegurasse as suas posses, e o processo que permitia o progressivo acúmulo de riqueza e propriedade não despertaria qualquer resistência ou oposição por parte da burguesia como classe – “antes de serem súditos em uma monarquia ou cidadãos em uma república, eram essencialmente pessoas privadas”. Nesse sentido, “mais que o último estágio do capitalismo, o imperialismo deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia” (ARENDR, 1966, p. 138). Com efeito, para estes indivíduos que se compreendiam antes de tudo como pessoas privadas, o Estado sempre representou apenas uma “força policial bem organizada”. Quando ingressaram na vida política, o fizeram

justamente por concluírem que o poder econômico fundado na expansão não poderia afirmar-se sem a concomitante exportação de poder político. Desse modo, a nova compreensão da política afirma que “aquilo que mantém todos juntos é um interesse comum” (ARENDDT, 1966, p. 140). Quando se ocupa das questões que concernem a muitos, este indivíduo privatista visa ainda apenas seu interesse privado.

Comecei este texto com *A fábula das abelhas*, de Mandeville, e gostaria de concluir com um trecho de *As origens do totalitarismo*, que lhe faz indireta alusão. Com a emancipação política da burguesia,

os interesses privados, que por sua própria natureza, são temporários, limitados pelo período natural de vida do homem, agora podem fugir para a esfera dos assuntos públicos e tomar-lhe emprestado aquela infinita duração de tempo necessária para a acumulação contínua. Isto parece criar uma sociedade muito semelhante àquela das formigas e abelhas, onde ‘o bem Comum não difere do Privado; e sendo por natureza inclinadas para o benefício privado, elas procuram conseqüentemente o benefício comum’. Não obstante, uma vez que os homens não são nem formigas nem abelhas, tudo isto é uma ilusão. A vida pública assume o aspecto enganoso de uma soma de interesses privados, como se estes interesses pudessem criar uma nova qualidade através da mera adição (ARENDDT, 1966, p. 145).

Abstract: In her purpose of define the reasons of the decline of public space in the modern age, just as the elements that make ease the rise of totalitarianism, Hannah Arendt analyses the relations of the bourgeoisie, the mob and the masses with the public realm. My aim in this paper is to explain, according Hannah Arendt, in which extent the intrusion in the public space of concerns from private space may results in a debilitation of political realm before the attacks against it.

Key-words: Public Space, Private Space, Citizenship, Individualism, Totalitarianism

NOTAS

- 1 “Personal responsibility under dictatorship”, *Arendt’s papers*, p. 023338. A coordenação mencionada por Hannah Arendt traduz o termo alemão *Gleichschaltung* (coordenação, alinhamento, sincronização), utilizado para as medidas de ajuste aplicadas nos primórdios do regime nazista.
- 2 *Expendable* – algo supérfluo, descartável, que pode ser sacrificado por motivos estratégicos.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. Organized guilt and universal responsibility. In.: Kohn Jerome (ed.). **Essays in Understanding – 1930-1954**. Nova York: Harcourt Brace, 1994.

_____. **O que é política?**. Tradução de R. Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **The human condition**. Chicago: Un. Chicago Press, 1958.

_____. **The origins of totalitarianism**. 2 ed., Cleveland: Meridian, 1966.

_____. Personal responsibility under dictatorship, In: **Hannah Arendt’s Papers**. The Manuscript Division, Washington: The Library of Congress. <http://memory.loc.gov/ammem/arendthtml/arendthome.html>.

HAYES, Carlton J. H. La nouveauté du totalitarisme dans l’histoire de la civilisation occidentale. In.: Traverso, E. (ed.). **Le totalitarisme: le XX^e siècle en débat**. Paris: Ed. du Seuil, 2001.

Adriano Correia

MANDEVILLE, B. The fable of the bees and other writings.
Indianapolis: Hackett, 1997.